

A NOVA REFORMA DO ENSINO MÉDIO E O PERIGO IDEOLÓGICO DO RETROCESSO À ERA DA DITADURA.

Paulo Victor Soares Silva¹

RESUMO

Ninguém escapa da educação, bem como o grande pensador Carlos Brandão já havia dito. A educação é um dos principais fatores que contribuem para a formação do ser. Isto é, principal instrumento de transformação, podendo portanto transformar a realidade não só de um indivíduo, mas de toda uma sociedade. Por isso, ela assume um papel de extrema importância no que se refere à organização da estrutura social. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo compreender a educação brasileira fazendo uma comparação de como ela se deu no período da Ditadura Militar e como ela se fez no presente momento, semelhanças que ameaçam o direito à cidadania, igualdade social e outros aspectos ideológicos que iremos aprofundar. Para tanto, temos como referencial teórico os autores SAVIANI (2008) e ROMANELLI (2011). Destarte, os resultados preliminares são de não só analisar as duas realidades temporais como também buscamos fomentar a discussão pedagógica-histórica-sociológica do que a Ditadura causou e vem dando suporte para novas facetas veladas no atual contexto sócio-político brasileiro, traçando um paralelo entre a retirada de disciplinas das ciências humanas nos anos referentes ao Regime Ditatorial e a tentativa de repetir no atual governo.

Palavras-chaves: Ditadura Militar; Educação; Nova Reforma do Ensino Médio.

1. INTRODUÇÃO

A educação é um dos principais fatores sociais, tanto para transformar, como para manter a estrutura social. Historicamente, a educação brasileira se transformou e transformou a estrutura social em que vivemos. Algumas práticas permanecem as mesmas, dual, não transformadora. Isto é, a educação reafirma os interesses sociais, podendo ser a favor da classe trabalhadora ou da classe dominante. Dessa forma, reconhecemos o papel que a Educação tem na reprodução da hegemonia burguesa, sobretudo pelo o que Althusser (1976) denomina de Aparelhos Ideológicos do Estado, o aparelho ideológico do Estado, principalmente no tocante à igualdade social.

Pensando nisso, o presente trabalho visa comparar, analisar e compreender a educação brasileira na ditadura militar e quais aspectos que se assemelham à esta era na atualidade. Para tanto, fundamentamo-nos em estudos de Saviani (2008) e Romanelli (2001).

Destarte, os pontos norteadores que irão guiar este trabalho são: O papel da educação no período da Ditadura Militar; Comparação entre a nova reforma do ensino médio e as práticas pedagógicas na Ditadura.

Os resultados preliminares demonstram que os aspectos ideológicos da ditadura ainda se assemelham ou são suportes para os projetos mais conservadores e desiguais apresentados na atualidade.

2. O papel da educação no período da Ditadura Militar.

A ditadura militar foi um período de grande marco na história brasileira. Diversas ameaças, represálias, retrocessos, infortúnios foram vividos durante essa era. A Educação não podia ter ficado isenta desse processo de golpe nacional. As mudanças foram muitas, a começar pelas torturas de funcionários públicos da educação que se quisessem ir de encontro com os ideais ditatoriais eram punidos. Esse totalitarismo não parou apenas nas pessoas. A intolerância e o medo subsidiaram a ideologia do novo uso da educação como aparelho reprodutor do que beneficia os militares e seus interesses.

Além disso, a educação tecnicista foi foco de formação para que atendesse a demanda da crescente industrialização. Ou seja, a educação em consonância do modelo econômico que mais

gerava lucros para a nação, considerou o conhecimento teórico/braçal como principal para apenas manusear maquinários de maneira adequada.

Devido aos interesses dos Estados Unidos terem se associado aos do presidente da ditadura, o modelo educacional brasileiro passou a ter características semelhantes às do norte-americano. A neutralidade, obediência e submissão eram fatores primordiais na educação em massa. De fato, não era uma educação conscientemente crítica, libertadora, mas sim de aprender o básico para o trabalho e não ser capaz de romper as correntes invisíveis da estrutura social brasileira, com base nos princípios de eficiência e produtividade.

Os alunos não poderiam mais pensar sobre o meio social em que vivem, sobre questões políticas, apenas tinham que reproduzir o que lhes era passado, sem considerar sua carga de conhecimento e cultura. O intuito era formar trabalhadores, pessoas para operar em máquinas, que se desenvolviam pelo país, para além disso, o conhecimento adquirido poderia ser perigoso ao governo.

Logicamente, o papel do professor passou a ser de reproduutor, preceptor, apenas levar o conteúdo, como o único dotado de conhecimento, desconsiderando que os alunos pudessem adquirir aprendizado através de vivências com a família, ou com o local em que está inserido. A ideia do aluno ser uma tabula rasa que fica à espera do grande professor dotado de conhecimento para lapidá-lo, foi severamente reproduzida e até hoje nota-se um rastro de insegurança, verticalidade na educação, sobretudo na relação professor e aluno.

Tal manobra não se deu de maneira neutra, inocentemente. A reprodução de conhecimentos tinha como intuito formar cidadãos a-críticos, que não pensasse ou questionasse o seu papel na grande estrutura social, os professores não deveriam promover tal reflexão e problematização do contexto social, para que a forma de governo autoritária pudesse sobressair sem ter que lidar com problemas de oposições.

Saviani (2008) “[...] *chegam à conclusão de que a função própria da educação consiste na reprodução da sociedade que ela se insere*”, retratou brilhantemente que a classe dominante utiliza a educação como principal aparelho de manutenção da estrutura para que não haja mudanças de dominação. A burguesia continua sendo burguesia, a classe trabalhadora continua sendo classe trabalhadora, de maneira que um não troque de lugar com o outro, e que a classe trabalhadora não questione o seu lugar no mundo.

Essa desigualdade social em larga escala ocorre pela educação não-crítica, alienadora. Criando essa falsa naturalização de que o mundo é assim e não tem como mudá-lo, as escolas reafirmaram os falsos costumes e boa moral que visassem o cidadão de bem como domesticado, obediente, reativo e não reflexivo, aprendendo o que está sendo visto de conteúdo para trabalhar (jamais pensando na dialética social). Portanto, vimos que a educação no período ditatorial foi usada para os interesses dominantes.

3. Comparação da Nova Reforma Educacional no Ensino Médio brasileiro com o período da ditadura militar.

Gadotti (2005, p. 81) afirma que “é preciso reconhecer que vivemos ainda sob a ditadura de uma classe, dentro de uma ordem social classista, e, portanto, a educação é também classista.”, ou seja, a escola não será igual para todos se não houver uma quebra dessa conservação da ideologia dominante.

O ensino de filosofia e sociologia no Brasil passou por mudanças significativas, tendo em vista sua importância para a criticidade e para a reflexão dos alunos, sempre foi tida pelos governantes como uma forma de desalienação da população, assim como as disciplinas de história e geografia, que foram repassadas de forma deturpada, fato este que levou em determinados momentos da história à negligência desta em prol de uma educação opressora, voltada para as demandas da hegemonia dominante. Exemplo dessa deturpação nas disciplinas, é que nota-se na história, durante todo o período do ensino fundamental um repasse de conteúdos que visa enaltecer e enriquecer nossa cultura de um modo contraditório e até irônico, tornando diversos perfis que podemos considerar ditadores, que tiveram posicionamentos opressivos, tornando-se heróis nacionais.

Sociologia e Filosofia abriram espaço para os diversos tipos de estudos que temos na atualidade, foi por meio dos estudos do campo social, de como uma sociedade se estrutura, ao mesmo tempo que analisava-se questões do planeta e do universo, ou seja, o complemento do que é ser humano em meio a natureza, que foi possível avançarmos intelectualmente. Neste sentido, a Lei 13.415 de 2017, que regulamenta a Reforma do Ensino Médio, apresenta em seu texto a obrigatoriedade das disciplinas de filosofia e sociologia como estudos e

práticas. Todavia, ao fazer uma leitura breve do regulamento, notamos o básico, ou seja, o texto afirma a permanência dessas disciplinas nos anos finais do ensino básico. Contudo, em uma leitura minuciosa, percebemos a presença dos termos “estudos e práticas” que abrem margem para o entendimento destas como de menor importância, ou, em última análise, que podem ser mescladas dentro de outras disciplinas, como história e/ou geografia.

Destarte, acentuamos dois aspectos negligenciados nessa diligência de exclusão velada das disciplinas de filosofia e sociologia do currículo do Ensino Médio. Inicialmente, ao diminuir a significância dessas duas disciplinas, estamos negligenciando-as como áreas de estudos científicos com conteúdos próprios, tornando-as, assim, apenas métodos que podem ser utilizados pelas outras disciplinas existentes no currículo. Além disso, essas disciplinas são de fundamental importância para o entendimento crítico da realidade e para a reflexão sobre o todo, sendo assim, diminuí-las ou até mesmo tentar extingui-las do currículo seria privar os jovens brasileiros do poder de criticidade e reflexão.

Segundo Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1970, p 61) :

“Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. A sua irrefreada ânsia nela. O educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação.”

Como vimos, essas características citadas por Paulo Freire, está ligado ao que foi chamado por ele como educação bancária, no qual os alunos ficam inaptos de expressar qualquer opinião ou buscar esclarecimentos sobre fatos e inquietações do cotidiano, pois seu papel na escola é de receptor de conteúdos, respeito a autoridade máxima que é seu professor, e não questionar quaisquer falas ditas em sala de aula por aquele que detém a autoridade no âmbito escolar.

Segundo Azevedo et al. (2017, p. 06):

Argumentar sobre a importância da ciência sociológica seguindo o horizonte da flexibilização de conteúdos e direcionamento para o mercado de trabalho, tão somente, pode negar aos jovens a participação política efetiva, fomentando os desinteresses, descompromissos e a apatias.

Isto posto, a nossa realidade objetiva é consequência de uma sociedade marcada pela luta de classes, e pela ideologia de uma classe dominante que opera sempre de forma a continuar em posse do poder hegemônico da sociedade.

No intuito de alcançar tais objetivos, a classe dominante explora as classes dominadas que estão alienadas do seu poder de reação. Sendo assim, se essas duas disciplinas entram com força em nosso regulamento, como forma de participação ativa na sociedade, é esperado que a classe dominante queira retirar o seu valor e a sua legitimidade perante as classes dominadas. Percebemos hoje o levante de várias minorias em favor de seus direitos, como os LGBTs, as mulheres, os negros e os deficientes. Isso demonstra claramente o cenário de “sociedade em conflito” abordado por Gadotti (2005).

Esse é o momento em que cada classe se empodera das armas cabíveis (dentro de sua realidade objetiva) para tentar tomar posse ou permanecer em posse da hegemonia social. É exatamente nesse ponto que entra a responsabilidade dessas duas disciplinas, visto que elas formam uma poderosa arma para o levante das classes dominadas em favor da modificação social. Posto isso, torna-se clara e até óbvia a intenção que circunda a diminuição da filosofia e da sociologia nas escolas públicas do nosso país.

Percebemos a perda de espaço da filosofia e da sociologia nessa Reforma como um meio de manter a alienação das classes dominadas mediante a privação do capital cultural trazido por estas e o consequente desconhecimento das formas objetivas de modificar a sociedade. Um ambiente escolar que não prioriza a formação do indivíduo de modo macro, para a sua atuação na sociedade, perde a sua essência de humanização e recai sobre a reprodução das desigualdades sociais. Portanto, é parte determinante que possamos melhor compreender os planos bem engendrados dos que estão hoje no poder para que possamos nos posicionar de

forma atuante em favor de uma educação humanizadora. A definição de capital cultural abordada por Bourdieu (NOGUEIRA, NOGUEIRA, 2004) e a noção de unilateralidade que leva à desumanização do homem abordado por Sousa (2014) é notada de modo claro nessas abordagens supracitadas a qual está em debate, e faz-se necessário compreender os instrumentos que a burguesia usa para manter sua hegemonia dominante.

Ademais, podemos traçar um paralelo entre a retirada das ciências humanas no período da Ditadura Militar, a fim de alienar e não fomentar questionamentos e críticas ao Governo, com a atual proposta da Nova Reforma do Ensino Médio. Esta manobra reflete que o ideal ideológico que predominou na regência militar, ainda está presente nos dias de hoje.

Partindo desse pressuposto, as medidas exercidas pelos militares foram meticulosamente planejadas e apoiadas pela classe socialmente favorecida, assim como, pelos governantes norte-americanos, para, ao ser implementada, atacar a organização política de trabalhadores e camponeses, que lutavam por seus direitos. Servindo a latifundiários, ao capital estrangeiro, e a empresários, em manutenção de seus interesses específicos. Para conservar essas mudanças sociopolíticas, subtende-se, utilizar de um dos mais, senão o maior, aparelho ideológico, a Educação.

Então, de forma metódica, os militares foram construindo um sistema educacional - respaldado anteriormente em um dos tópicos - que visasse mantê-los no poder, tendo uma população acrítica. As disciplinas de humanas que trazem reflexões sobre o cotidiano, sofreram grande desvalorização. Sendo notável ainda pensamentos relacionados aos ideais propagados na ditadura militar, pois o desmerecimento para com a área de humanas ainda se faz presente, com o intuito de manter a dicotomia entre saber científico e teórico.

Sendo assim, ao analisar a perspectiva da proposta “Escola sem partido”, nos remete uma forte influência dos ideais militaristas, pois o início para uma posse de poder sobre um povo que se mantém no senso comum, se torna mais fácil quando utiliza-se da educação como meio de propagar ideologias elitistas. Isto posto, começa-se o processo de privar o ensino nessas áreas específicas, sendo propagado para a população através de veículos de comunicação ou outros, que esse ensino não engrandece o homem, não lhes é útil para conviver em sociedade, não prepara-os para o mercado de trabalho, e a classe trabalhadora,

sabendo que precisa sobreviver no campo social, lhes torna mais interessante seguir essa ideologia, que promete fazer o trabalhador ter um emprego e assim, sustentar sua família. Sem perceber em que posição está sendo colocado, a reprodução dessa dominação continua a propagar-se.

Um exemplo de ideologia que propagou-se durante a ditadura, foi trazer um enfoque nos estudantes de sociologia e filosofia como comunistas que queriam causar turbulências na sociedade, para que assim justificasse a retirada desses estudantes e profissionais na área exercida, sem explicar para a população os conceitos de comunismo, e assim desvencilhar-se sobre qualquer ameaça que estes pudessem causar. E atualmente, ainda é perceptível esses argumentos, como forma de evidenciar que o ensino técnico ofertado lhes dará um retorno financeiro mais rápido, pois, segundo esses governantes, não faz sentido passar vários anos estudando numa Universidade, e além de tudo, não conseguir uma vaga no mercado de trabalho, deixando a graduação para estudantes da classe socialmente favorecida.

Dessa maneira, a reflexão acerca dessa problemática traz à tona uma perspectiva que enxerga essa Reforma como uma ameaça à Educação, além de ser considerado um retrocesso social. Podemos perceber que os anos mudam e as manobras relacionadas à manutenção da ideologia social reaparece de forma velada. A proposta, que utiliza do senso comum para parecer uma alternativa boa, na realidade, é um golpe ideológico mascarado, bem como ocorreu na Ditadura. Por isso, é de fundamental importância que debates e questionamentos sejam feitos, não só pelos professores e alunos das áreas de humanidades, mas também de cunho social amplo, exercendo a cidadania e o pensamento crítico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção de retirar a obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia, tornando elas optativas como “estudo e prática”, na Nova Reforma do Ensino Médio é um legado perigoso da ditadura militar, pois um povo que não conhece sua história, a importância de tais disciplinas para a formação humana enquanto cidadãos, não consegue reconhecer os golpes vividos nos períodos mais tortuosos. Isso vai de encontro à educação como princípio, uma vez que, de acordo com Charlot (apud GADOTTI, 2012), esta forma a personalidade do indivíduo, através

da transmissão de ideais políticos e valores sociais. É preciso aprofundarmos essa discussão em torno da reprodução da ideologia dominante, como forma de impedir o retrocesso que já vivenciamos em outros anos passados.

A proposta desse projeto numa sociedade embasada nas desigualdades sociais que o capitalismo evidencia é um retrocesso grandioso e muito avassalador para as futuras gerações. Isto é, de forma velada, uma tentativa de silenciar a classe trabalhadora, sobretudo no que diz respeito aos intelectuais orgânicos da classe desfavorecida, que confrontam as armadilhas lançadas pela hegemonia no poder, que buscam refutar os discursos demagógicos da burguesia.

Nota-se facilmente que este interesse em não oportunizar uma educação transformadora que Freire tanto defende, nada mais é que a maneira da burguesia, sentindo-se ameaçada, reafirma, por meio legais, utilizando a justiça como aparelho ideológico para manutenção de classes. Ou seja, essa manobra nada mais é que uma resposta a todo custo para se manter dominante de forma que silencie as oportunidades de uma educação libertadora, transformadora, crítica.

Tal projeto de Lei, conserva os ideais de direita no atual cenário político. Se organizando em movimentos que vão de encontro às diversidades e direitos humanos de maneira geral, dessa maneira apresenta-se não só como um legado da ditadura, mas como ameaça em potencial para uma possível nova era obscura de retrocessos. Portanto, a educação brasileira é atacada, uma vez que é a principal via de conscientização social, servindo como alvo de ideologias, guerras sutis de dominação social.

6. REFERÊNCIAS

- ALTUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do estado**. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Ed.2. Rio de Janeiro, Brasil, 1970.
- GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 2012.
- GADOTTI, M. **Educação e poder: Introdução à pedagogia do conflito**. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- GHIRALDELLI, Paulo, **História da Educação**. São Paulo: Cortes, 2000.
- MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2007.
- NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SOUSA, J. R. de **Educação, Escola e Formação: Caminhos para a emancipação humana**. Curitiba: Annrís, 2014.
- SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas - SP, Autores Associados, 2008.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2001.
- TRINDADE, Virgínia. História: **Assim caminha a humanidade**. Belo Horizonte, Brasil, 1993.